Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de Mato Grosso **Class.:** 50

Data: 20/10/89 **Pg.:**

Nambikuaras no acampamento dos operários. Eles estão divididos em relação à hidrelétrica

Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de Mato Grosso **Class.:** 50

Data: 20/10/89 **Pg.:** (cont.)

Funai permite estudos para usina em área dos Nambikuara

Tinho Costa Marques

Desrespeitando o parágrafo terceiro, do artigo 321 da Constituição, que determina que o aproveitamento dos recursos hídricos das áreas indígenas para geração de energia e até mesmo a realização de estudos para esse fim, deve passar antes pela aprovação do Congresso Nacional, depois de Pedro de Oliveira autorizou a realização de levantamentos topográficos na reserva indígena Nambiquara, no município de Comodoro, a 780 km de Cuiabá, na divisa com o Estado de Rondônia, onde a empresa Goés-Cohabita pretende construir uma usina hidrelétrica no rio 12 de Outubro, que corta a reserva.

Há mais de dois meses, um grupo de operários vinha trabalhando nos levantamentos geológicos da área, a 5 km da aldeia Kithâlu, autorizados pela própria presidente da Funai. No final de setembro, haviam nove homens na área, mas em determinados momentos esse número chegou a mais de 50, uma maioria foi retirada por ordem do administrador regional da Funai no município de Vilhena (RO), já que a autorização dada pela presidência da Funai era para a entrada de apenas nove trabalhadores.

A usina produzirá 12 MW para o município de Vilhena — que sofre com a falta de energia elétrica — e será explorada comercialmente pela própria Goés-Cohabita, empresa baiana que tem como um dos seus sócios o deputado federal Joacy Goés (PMDB-BA). Seria a primeira usina hidrelétrica na Amazônia a ser explorada comercialmente por uma empresa privada.

Os índios Nambikuara, que possuem vários sub-grupos espalhados pela Reserva Nambikara e pela Reserva Pirineus de Souza, estão divididos em relação à construção da usina. Após várias negociações entre representantes da Góes-Cohabita e suas lideranças, o que foi feito sem qualquer participação do Congresso Nacional, os Nambikuaras acabaram concordando com a realização dos estudos geológicos na área do rio 12 de Outubro, em troca do conserto, pela empresa, de dois caminhões, três tratores, uma caminhonete, além de combustíveis, medicamentos e duas máquinas de pilar arroz.

Os Nambikuara, entretanto, nada decidiram sobre a construção da usina. Os grupos do "campo" — que vivem na área de cerrado da reserva e são mais desenvolvidos, defendem em parte, a construção da usina, desde que sejam indenizados e tenham participação no faturamento da hidrelétrica quando ela estiver operando. Os outros grupos, que vivem em aldeias mais próximas ao local da usina, temem que a obra seja o primeiro passo para a invasão das suas terras, que já são constantemente violadas por madeireiras que roubam suas madeiras sob as vistas da Funai.

As lideranças de todos os grupos se reuniram e decidiram, entretanto, que só vão dar uma resposta sobre a construção da usina daqui a três meses, pelo menos.

"Eles (a empresa) estão com pressa, mas nós não. Estamos muito preocupados e decidimos que só vamos dar uma resposta depois da eleição (presidencial)", diz o Nambikuara Donaldo, um dos líderes da aldeia Kithânlu, acrescentando que "tem uma parte contra e outra parte a favor, mas a maioria tá contra".

"Não aceitamos a construção agora, só com o novo presidente. Os deputados agora só querem saber de eleição", diz outro Nambikuara, Manoel Manduca, revelando a mesma preocupação com a mudança de governo.

Reunidos no final de setembro com o deputado federal Antônio Paes de Barros, que esteve visitando a área para confirmar as denúncias que já tinham sido feitas no Congresso pelo deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), os Nambikuara mostraram-se divididos em relação à obra. Eles reclamam que estão quase sem nenhuma assis-

Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de Mato Grosso **Class.:** 30

Data: 20/10/89 **Pg.:** (cont.)

tência da Funai, "que tá sem dinheiro".

Os Nambikuara só aceitariam a construção da usina — se esta decisão for tomada — se tiverem participação no faturamento da empresa e se o dinheiro lhes for repassado diretamente, sem intervenção da Funai, que não lhes inspira confiança.

"Quando os Manarisu (um dos sub-grupos Nambikuara) venderam madeira para as madeireiras, a Funai abriu uma poupança de NCz$ 600 mil. Mas quando eles foram pegar o dinheiro da poupança, não puderam pegar porque tava tudo em nome da Funai, sumiu a poupança", acusa o líder Donaldo.

A autorização para a entrada dos operários na reserva, para realizar os levantamentos geológicos, foi feita pelo presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira através da portaria "APL-0097/995", do dia 11 de julho passado, na qual ele relaciona os nomes das pessoas autorizadas a trabalhar na área, desde que apresentassem os atestados médicos normalmente exigidos pela Funai, e diz ainda que, se houver interesse da comunidade Nambikuara, a autorização para a construção da usina seria dada pelo Congresso Nacional.

Alertado pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio, o sub-procurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi, enviou um ofício ao presidente da Funai — número 25/89/CVM/PGR, datado de 21/08/89 - alertando-o de que a decisão de autorizar a realização dos trabalhos no rio 12 de Outubro descumpria uma determinação constitucional.

"Ante o exposto, vimos solicitar a interdição da área da Reserva Nambikuara a todos aqueles que pretendem trabalhar na elaboração de projetos ou estudos para aproveitamento hidrelétrico, enquanto não for obtida a indispensável autorização exigida na Constituição Federal", dizia o sub-procurador-geral no ofício encaminhado ao presidente da Funai. Um outro ofício, com o mesmo alerta, foi encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica - DNAEE, Getúlio de Paula Fonseca, já que esse órgão do Ministério das Minas e Energia, foi o responsável pela abertura de concorrência para a construção da hidrelétrica.

De nada valeu a advertência do sub-procurador-geral da República, pois o presidente da Funai manteve a autorização, mesmo com o alerta feito pelo administrador regional da Funai em Vilhena, César Augusto Lima do Nascimento.

"Eu tomei conhecimento da decisão da Procuradoria da República, mas eu não podia fazer nada, porque a Funai não me comunicou nada e eu não posso passar por cima de uma decisão do presidente", justificou-se, em Vilhena, César Nascimento.

No início de outubro, o deputado Antero de Barros fez um pronunciamento na Câmara denunciando o início dos estudos para a construção da hidrelétrica, afirmando que o papel do presidente da Funai "não é defender os interesses de empreiteiras, mas sim dos índios". O deputado decidiu também entrar com uma representação junto ao Ministério Público, através de um advogado do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, pedindo o enquadramento do presidente da Funai em crime de responsabilidade, por ter desrespeitado, ao mesmo tempo, um dispositivo constitucional e uma decisão da Procuradoria-Geral da República, que exigiu a retirada dos operários da área.

O deputado entende que, antes de iniciar os estudos no rio 12 de Outubro, devia-se primeiro verificar se existem outras alternativas na região.

"Por que iniciar já os levantamentos do projeto, e logo dentro de uma área indígena, com a empresa interessada negociando diretamente com os índios, sem qualquer consulta ao Congresso Nacional?", pergunta o deputado, que tem como aliado contra a construção da hidrelétrica na área seu colega na Câmara, deputado federal por Rondônia, Armando Martins, ex-prefeito de Vilhena, que propõe a construção em outro local, próximo a sede do município.

A construção da hidrelétrica terá que ser aprovada também pela Secretaria do Meio Ambiente - SEMA de Mato Grosso, já o que o salto do rio 12 de Outubro, de 100 m de altura, fica no município de Comodoro, em território mato-grossense. A SEMA está analisando o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA apresentado pela Goes-Cohabita. A hidrelétrica, de pequeno porte, formará um reservatório de água de 4,4ha. Além disso, terá que ser construída uma estrada de acesso que cortará o território Nambikuara.